



## Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 6 de junho de 2019

### **A UE necessita de mais energia eólica e solar para cumprir as metas de energias renováveis, alerta o Tribunal de Contas Europeu**

Segundo o novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, a UE tem de tomar medidas significativas para produzir mais eletricidade a partir das energias eólica e solar e assim cumprir as suas metas de energias renováveis. O Tribunal afirma que, apesar do forte crescimento verificado desde 2005, a produção de energias eólica e solar regista uma desaceleração desde 2014. A Comissão deve instar os Estados-Membros a apoiarem uma maior implantação, mediante a organização de leilões para atribuir capacidades adicionais de energias renováveis, a promoção da participação dos cidadãos e a melhoria das condições de implantação. Ao mesmo tempo, o Tribunal alerta que, para metade dos Estados-Membros, cumprir os objetivos de 2020 para as energias renováveis será um desafio significativo.

Até ao fim de 2020, a UE visa gerar a partir de fontes de energia renováveis um quinto da energia necessária à produção de eletricidade, ao aquecimento e arrefecimento e à utilização nos transportes. Nesse sentido, a produção de eletricidade a partir de energias renováveis na UE duplicou entre 2005 e 2017, passando de cerca de 15% para quase 31%. Atualmente, os setores das energias eólica e solar fotovoltaica representam a maior parte da eletricidade renovável e a redução dos custos torna estas alternativas cada vez mais competitivas em relação à combustão de combustíveis fósseis.

O Tribunal avaliou os progressos realizados pela UE e pelos Estados-Membros para cumprirem as metas de energias renováveis, tendo visitado a Alemanha, a Grécia, a Espanha e a Polónia para examinar se o apoio financeiro à produção de eletricidade a partir das energias eólica e solar tem sido eficaz.

*O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório encontra-se em [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu).*

## ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

T: (+352) 4398 47063 M: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

T: (+352) 4398 45410 M: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu) @EUAuditors [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)

Constatou-se que, em vários casos, os regimes de apoio iniciais beneficiaram de subsídios excessivos, resultando em preços da eletricidade mais elevados ou num aumento dos défices públicos. Após 2014, quando os Estados-Membros reduziram o apoio para reduzir o ónus para os consumidores e os orçamentos nacionais, a confiança dos investidores diminuiu e o mercado abrandou.

*"Os Estados-Membros incentivaram o investimento nas energias eólica e solar, mas o modo como reduziram o apoio dissuadiu potenciais investidores e atrasou a implantação", afirmou George Pufan, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "O abrandamento na transição para a eletricidade renovável implica que poderemos não cumprir a meta da UE para 2020."*

O Tribunal afirma que a organização de leilões para atribuir capacidades adicionais de energias renováveis, de modo a determinar o preço de oferta e promover a participação dos cidadãos na "economia verde", é um elemento crucial para aumentar o investimento. Além disso, são necessárias melhorias suplementares para melhorar as condições de participação no mercado das energias renováveis, incluindo ultrapassar regras restritivas de ordenamento do território, procedimentos administrativos morosos e insuficiências da rede.

O Tribunal também constatou que, em 2017, metade dos Estados-Membros já estava perto de cumprir as metas nacionais para as energias renováveis, mas alerta que a outra metade terá de aplicar esforços muito maiores para cumprir os objetivos de 2020. O TCE mostra-se preocupado quanto a saber se os esforços dos países com desempenho elevado no domínio das energias renováveis serão suficientes para compensar aqueles com um desempenho insuficiente, de forma a cumprir a meta global da UE.

O Tribunal acrescenta que as regras em vigor não garantem uma comunicação oportuna dos progressos em matéria de energias renováveis e que a Comissão não dispõe de um mandato para fazer face a uma evolução lenta por parte dos Estados-Membros. Recordando a meta da UE de pelo menos 32% de energias renováveis em 2030, o Tribunal afirma que, na ausência de metas nacionais vinculativas, este valor dificilmente será cumprido, e alerta que atingi-lo necessitará de um montante significativo de financiamento público e privado nacional além do financiamento da UE em que o relatório incide.

Para melhorar a situação, o Tribunal formula as seguintes recomendações:

- o incidir na redução das disparidades a fim de cumprir os objetivos para 2020;
- o simplificar os procedimentos e melhorar a atualidade dos dados estatísticos;
- o programar leilões suficientes e promover o investimento nas infraestruturas da rede;
- o garantir um melhor acompanhamento.

#### **Nota aos diretores das publicações**

Entre 2005 e 2017, a produção de energias eólica e solar na UE aumentou 400% e 8 000% respetivamente. Entre 2007 e 2020, a UE contribuiu com cerca de 8,8 mil milhões de euros para projetos de energias renováveis a título do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do

Fundo de Coesão, incluindo cerca de 972 milhões de euros para investimentos na energia eólica e 2,9 mil milhões de euros na energia solar. Os regimes de apoio ofereceram, de forma geral, preços de venda garantidos, prémios suplementares ou receitas adicionais obtidas através de certificados negociáveis. Para o período de 2021-2027, a Comissão propõe cerca de 71,8 mil milhões de euros para operações de apoio aos objetivos em matéria de clima, que incluem a promoção da eletricidade renovável.

A UE definiu metas nacionais para a utilização de energias combinadas nos setores da eletricidade, do aquecimento e do arrefecimento e dos transportes em 2020, e a Comissão poderá intentar ações judiciais contra os Estados-Membros que não cumpram estes objetivos. Estes eram livres de definir metas de energias renováveis mais ambiciosas. No entanto, para 2030, as metas nacionais foram abandonadas em proveito de uma meta global da UE.

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil.

O Relatório Especial nº 8/2019, intitulado "Energias eólica e solar para a produção de eletricidade: é necessário tomar medidas significativas para cumprir as metas da UE" está disponível no sítio Internet do TCE ([eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)) em 23 línguas da UE.